

CARLOS SAMBRICIO

Professor de História da Arquitetura e do Urbanismo na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (1986). Foi pesquisador bolsista pela EHESS de Paris, DAAD alemã e pesquisador visitante do Getty Center of Humanities (Los Angeles, California), na Universidade de Harvard e no Centre Canadien d'Architecture de Montréal. Autor, entre outras obras, de Madrid: vivienda y urbanismo 1900–1960 (2004), De la ciudad ilustrada a la primera mitad del siglo XX (1999), Territorio y ciudad en la España Ilustrada (1999), La arquitectura española de la Ilustración (1986), Cuando se quiso resucitar la arquitectura (1984). Organizou e editou os livros Un siglo de vivienda social, 1903–2003 (2003), La vivienda experimental: concurso de viviendas experimentales de 1956 (1998), L'habitation Minimun: actas del II Congreso del CIAM (1997). Atualmente, dedica-se a pesquisas que têm como centro de interesse a arquitetura e o urbanismo na América Latina.

PROJETOS ESPACIAIS NA
AMÉRICA ESPANHOLA NO
ÚLTIMO TERÇO DO SÉCULO
XVIII: ECONOMIA, POLÍTICA E
ORDENAÇÃO TERRITORIAL

Tradução de Pedro Paulo Palazzo e Elane Ribeiro Peixoto

A celebração do bicentenário da independência das repúblicas americanas em relação à monarquia espanhola abre a reflexão sobre um tema raras vezes tratado: saber se aqueles caudilhos contavam com um projeto territorial próprio ou, caso contrário, a que ponto, após a Independência, se manteve a estrutura político-administrativa erigida na segunda metade do século XVIII pela Metrópole. Certo é que, em 1815, Bolívar proporia, na sua Carta da Jamaica, ideias sobre como a nova Nação, que era a “América”, deveria se organizar, declarando explicitamente na carta citada: “[...] desejo mais do que qualquer outro ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por suas extensão e riquezas do que por sua liberdade e sua glória”³⁰. Consciente de que a “Nova Espanha” sozinha excedia os quatro milhões de quilômetros quadrados (contando os atuais estados americanos da Califórnia, Arizona, Nevada, Novo México e Texas) e que as treze colônias originais dos Estados Unidos tinham juntas um território menor que o da Venezuela, representando apenas um terço da Argentina atual, sua proposta foi política e não administrativa. Quando a realidade do processo independentista apresentou as tensões internas, essa proposta comprovou-se inviável. E, recolocando posições, Bolívar consolidou um “nacionalismo das pátrias pequenas” (com seus provincialismos ou regionalismos), acrescentando:

Ainda que eu aspire à perfeição do governo da minha pátria, não consigo persuadir-me de que o Novo Mundo seja regido por uma grande república; como isso é possível, não me atrevo a desejá-lo, e ainda menos desejo uma monarquia universal da América.³¹

O projeto de Bolívar foi constituir uma Confederação de Repúblicas, na qual se respeitassem a igualdade e a autonomia dos Estados, garantindo às novas nações as divisas dos antigos vice-reinos, capitânias-gerais e governorias. Tal atitude implicava assumir a estrutura administrativa dos últimos anos da colônia. Optava por dividir “[...] sabiamente a América em quinze ou dezessete Estados independentes entre si.”³² e, baseando seu critério no estudo da história, afirmava que “[...] o caráter distintivo das pequenas repúblicas é a permanência; o das grandes é variado, mas sempre tende ao império.”³³. Bolívar — respeitoso da autodeterminação das nações —, após a vitória de Sucre, no Equador, insistiria: “[...] o que se tenta não é uma sujeição, mas, ao contrário, a formação de um grande todo, composto por

30. “[...] *desejo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y su gloria*” (BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. In: Obras Completas. La Habana: Lex, v. 2. p. 1068. 1947).

31. “*Aunque aspiro a la perfección del gobierno de mi patria, no puedo persuadirme que el Nuevo Mundo sea regido por una gran república; como es posible, no me atrevo a desearlo, y menos deseo una monarquía universal de América*” (BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica... p. 1069).

32. “[...] *sabiamente América en quince o diecisiete Estados independientes entre sí*”. (BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica... p. 1069).

33. “[...] *el distintivo de las pequeñas repúblicas es la permanencia; el de las grandes es vario, pero siempre se inclina al imperio*”. (BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica... p. 1069).

34. "[...] no es una sujeción lo que se intenta, sino la formación de un gran todo, compuesto por partes completamente iguales" (BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica... p. 1069).

35. N. dos T.: abarcava o território dos atuais Equador, Colômbia, Venezuela e Panama.

36. "Las colonias son como los frutos que no dejan el árbol sino hasta su madurez: una vez suficientes a sí mismas, un día harán lo que hizo Cartago" (TURGOT, Jacques. Discursos sobre el progreso humano. Madrid: Tecnos, 1991). N. dos T.: O original refere-se às colônias fenícias da Antiguidade: "Les colonies sont comme les fruits qui ne tiennent à l'arbre que jusqu'à leur maturité: devenues suffisantes à elles-mêmes, elles firent ce que fit depuis Carthage" [As colônias são como os frutos que só se mantêm presos à árvore até o seu amadurecimento: tornando-se autossuficientes, elas fizeram o que fez mais tarde Cartago]. (TURGOT, J. Second discours sur les progrès successifs de l'esprit humain. In: _____. Œuvres. t. 2. Paris: 1844. p. 602.)

37. LLOMBART, Vicent. Introducción. El pensamiento económico de la Ilustración en España (1730-1812). In: FUENTES QUINTANA, Enrique (Ed.). Economía y Economistas Españoles. La Ilustración. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2000. vol 3. p. 73.

38. MUÑOZ PÉREZ, Juan. El projectismo como género. Revista de Estudios Políticos, Madrid, n. 8. p. 169-195, 1955.

39. "Newton describió el país descubierto por Descartes" (Apud FAURE-SOULET, Jean François. Economía política y progreso en el siglo de las luces. Madrid: Ediciones de la Revista de Trabajo, 1974. p. 19). N. dos T.: No original lê-se: "Il a décrit le pays que l'autre avait découvert". [Ele [Newton] descreveu o país que o outro [Descartes] havia descoberto] (TURGOT, J. Second discours sur les progrès successifs de l'esprit humain. In: _____. Œuvres. t. 2. p. 650. Paris: 1844).

partes completamente iguais."³⁴ Mas, diante do grande projeto continental, houve outro debate, em escala nacional, sobre a necessidade ou não de se modificar a organização administrativa.

Alguns daqueles próceres (Belgrano no Rio da Prata, Martínez de Rosas no Chile, ou Tadeo na Nova Granada³⁵, por exemplo) foram formados com o estudo dos textos econômicos de Turgot, Adam Smith, Cantillon, Quesnay, Forbonnais, Campillo, Ustáriz, Ward, Campomanes ou Mably. Mais tarde, participaram das decisões dos governos vice-reais, e a própria política espanhola sofreu, por volta de 1750, uma singular mudança econômica: alterou sua política americana, substituindo a de conquista militar por outra, baseada na criação de riqueza e reestruturação do território. Como Turgot indicara no seu Discurso sobre o progresso humano, "As colônias são como os frutos que não deixam a árvore antes de amadurecerem; uma vez autossuficientes, um dia farão aquilo que fez Cartago"³⁶. Não nos esqueçamos de que o intercâmbio cultural e científico entre a Espanha e suas colônias intensificou-se na segunda metade do século XVIII. Convém destacar como a Metrópole atuou enquanto centro distribuidor e reexportador das ideias econômicas importadas do resto da Europa rumo aos territórios americanos, provocando uma recepção ativa em função da realidade americana.³⁷ À época das Independências, publicavam-se na América espanhola mais de oitenta jornais, prova também da existência de uma burguesia hispano-americana enriquecida e culta (isto é, leitora de imprensa jornalística), preocupada com os problemas políticos do seu tempo e interessada em conhecer as mudanças que se produziam na Europa.

Se, na primeira metade daquele século, houve quem, buscando remediar "os males da Espanha", oferecesse imprecisas soluções a problemas globais – redigindo Advertências, Desígnios, Manifestos, Meios, Memórias, Observações, Planos, Política, Reflexões, Proposições, Projetos, Remédios, Reformas, Sínteses, Teorias ou Tratados³⁸ – na segunda metade, os tratadistas econômicos enfrentaram problemas específicos. Enquanto a intenção dos primeiros era reorganizar o Estado, definindo qual deveria ser o comportamento dos indivíduos, porém sem polemizar sobre a política econômica que devia ser levada a cabo, aquelas formuladas pelos segundos foram claras: ignorando os projetos de transformação dos núcleos urbanos existentes (*le devoir d'embellir*) [o dever de embelezar], eles abriram as portas à reflexão sobre o território, assumindo para si a observação proposta por Turgot ao sinalizar como "Newton descreveu o país descoberto por Descartes"³⁹. Aumentar a riqueza

da Nação significou racionalizar o território (e esse era o sentido da observação de Turgot). Isso levou os economistas espanhóis desses anos (Campillo, Ward, Campomanes ou Jovellanos) a debater tanto sobre a necessidade de estabelecer uma rede de caminhos que facilitasse a circulação de mercadorias quanto (buscando aumentar a velocidade de circulação de moeda) criar novos mercados ou, o que dava no mesmo, colonizar e repovoar as áreas despovoadas.

Criar novos mercados, abrir portos, organizar caminhos, tornar navegáveis os rios ou construir canais implicavam intervir no território – fosse esse americano ou espanhol. Isso foi feito – eis a grande característica daqueles anos – após ser definida uma estratégia territorial, contrapondo-se tais critérios ao inquestionável tema da divisão administrativa do território. Essa foi, no caso espanhol, configurada pela agregação dos antigos reinos, no caso americano, pela divisão arbitrária em vice-reinos cujos limites eram geográficos, desconhecendo-se, inclusive, as suas características espaciais. Buscou-se essa estratégia a partir de uma lógica baseada na racionalização do espaço – o que quer dizer tomar a produção de riqueza como referência da ordenação administrativa. Tudo isso implicava conhecer o território, analisar suas características e determinar de que forma era possível – como havia assinalado Quesnay – tornar, na prática, o Homem senhor da natureza: a ideia foi modificar a divisão espacial existente, substituindo os critérios de conquista militar pelo da vontade de criar riqueza.

Entre 1750 e 1810, foram concebidos e levados a cabo, tanto na Espanha da Ilustração quanto nos vice-reinos americanos, projetos concebidos desde o ponto de vista de uma estratégia territorial capaz de modificar a divisão administrativa. Frente a propostas pontuais anteriores, definidas pelos governadores locais e carentes de uma visão global do território, aquelas definidas a partir de 1760 caracterizam-se tanto por sua escala de intervenção quanto pela vontade de estruturar uma nova realidade. Assim, a iniciativa para ordenar um território despovoado foi proposta à Espanha ao ser incumbido Pablo de Olavide⁴⁰, em 1766, de repovoar as imediações da Serra Morena⁴¹.

Buscando otimizar a renda real, o reformismo ilustrado especificou um novo ordenamento econômico: racionalizar o setor agrícola implicava estabelecer um novo espaço fiscal, o que conduziu à reestruturação do sistema administrativo. A pretensão não foi repovoar de modo impreciso zonas abandonadas, mas fomentar a riqueza em áreas onde existissem condições ótimas. Por isso, a política foi de

40. N. dos T.: Pablo Antonio Jose de Olavide y Jáuregui (1725–1803), jurista nascido em Lima (Peru), foi intendente de Sevilha nomeado pelo Rei Carlos III.

41. N. dos T.: Serra localizada na Espanha meridional, formando a divisa entre a Andaluzia e a região semiárida e esparsamente povoada de Castela - A Mancha.

restringir o repovoamento às zonas mais férteis, parcelar o terreno a ser colonizado em glebas determinadas — desta feita definindo, ao fim e ao cabo, o número de novos povoadores —, sem que, em momento algum, se tratasse, como sugeriram alguns, de “[...] um ‘experimento social’ consistente na formação de uma sociedade ideal campesina”⁴², identificando essa política com uma utopia construída.

42. “[...] un ‘[...] experimento social’ consistente en la formación de una sociedad ideal campesina.” (GUTIERREZ, Ramón. La política fundacional y la ampliación de fronteras. 2C. Barcelona, n. 9. p. 8-19. 1981).

43. N. dos T.: Região do sudeste da Espanha, junto a costa mediterrânea, antigo polo agrícola e de sericultura.

.....
SOBRE A COLONIZAÇÃO NA ESPANHA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Colonizar zonas despovoadas não era ideia nova na Espanha do século XVIII. Na primeira metade do século, durante o reinado de Fernando VI, o cardeal Belluga havia fundado, com recursos próprios, cinco povoados na Múrcia⁴³, ocupando terras férteis e, contudo, abandonadas. Essa ação mal suscitou algum interesse em economistas como Uztáriz ou Marcenado, ainda que esses tivessem consciência dos benefícios atinentes à ocupação de áreas despovoadas. Em contrapartida a ações isoladas como aquelas atestadas em 1776, Pedro Rodríguez de Campomanes propunha, no seu *Conservación de pueblos, crianza y población* [Conservação de povoados, fomento e povoamento], uma política de colonização baseada em ocupar os ermos entre o norte da Andaluzia e o sul da Castela Velha, ao longo do Caminho Real de Andaluzia, fundando novos núcleos urbanos. Sendo Olavide designado para o projeto, isso implicou uma ruptura com filantropos, ao se encomendar a um engenheiro militar a inspeção daquele espaço, especificando a conveniência de, primeiramente, situar os terrenos ideais para o assentamento dos futuros colonos e, em seguida, traçar os planos dos povoados. De acordo com o exposto por Campomanes, a missão do engenheiro haveria de ser:

[...] reconhecer os ermos, levantar um mapa exato deles, sua extensão, lugares limítrofes, qualidade do terreno, arborização, ervas, águas e frutos silvestres [de modo que] se pudesse fazer juízo dos povoados que pudessem ser refundados, número de aldeões que seriam necessários, terreno que conviria desmatar e qual deixar para o pasto e em pousio.⁴⁴

44. “reconocer los despoblados, levantar un mapa exacto de ellos, su extensión, lugares confinantes, calidad del terreno, arboleda, hierbas, aguas y frutos silvestres [de manera que] se pudiera hacer juicio de los pueblos que podían fundarse de nuevo, número de vecinos que serían necesarios, terreno que convendría desmontar y cuál dejar para el pasto y para el monte.” (CAMPOMANES, Conde de. Bosquejo de política económica española delineado sobre el estado presente de sus intereses. Madrid: Editora Nacional, p. 158, 1984)

A historiografia atribuiu a Olavide a autoria do projeto, sem se preocupar em saber quem foi o responsável pelas soluções técni-

cas que caracterizaram aquela colonização. No entanto, quando Reeder⁴⁵ estudou os textos econômicos na Espanha da segunda metade do século XVIII, apontou que a tradução dos *Elementos de Comercio* [Elementos de Comércio] de François Véron de Forbonnais⁴⁶ foi realizada por Carlos Lemaur, engenheiro militar e tenente-coronel que, em 1766, residia na Andaluzia, traçando várias plantas dos novos povoados citados. O dado erudito por si só careceria de importância, não fosse o fato de o ordenamento espacial da Serra Morena ter sido feito de acordo com as posições de Forbonnais. De fato, tendo em vista o número de parcelas resultantes e após indicá-las em planta, não importa quem foi o autor do projeto, desde que esse estabelecia uma classificação qualitativa dos núcleos, hierarquizando os povoados em função dos programas de necessidades estabelecidos e determinando de modo estrito as distâncias que se deveria respeitar entre cada um. Estabelecendo uma ordem qualitativa em oposição às tradicionais colonizações quantitativas, o autor do projeto definiu as características que deveria ter a capital da nova região, especificando, por sua vez, as funções das *subintendências* dispostas concentricamente a quatro léguas dela. O programa especificava tanto as dotações das *freguesias* quanto as distâncias entre elas e as *subintendências*, determinando o mesmo para as aldeias. Além disso, em contraste com o que, no passado, fora a pauta fundamental na fundação de cidades na América espanhola – onde o “fundador”, aplicando o que estava determinado nas Leis de Índias, dispunha o novo povoado numa encosta suave junto a uma via aquática e aberta para um amplo campo –, na Serra Morena a colonização adaptou-se em dimensões e estruturas à realidade topográfica. Concebendo o projeto como uma nova ordem político-administrativa, o autor do projeto focou seu escopo na realidade do território, visando ao aproveitamento agrícola de terrenos despovoados e enfrentando quem quisesse conceder grandes parcelas a um só cultivador.

Casanova reproduziu nas suas Memórias os comentários que fizera ao Conde de Aranda, Ministro do Rei Carlos III, alegando que a idiossincrasia dos novos povoadores – camponeses suíços trazidos pelo alemão Thürriegel⁴⁷ – levaria ao fracasso. Considerando o sucesso ou fracasso do projeto com base em detalhes de organização, Casanova não deu valor à transcendência de uma proposta que rejeitava uma política colonizadora baseada na fundação não planejada de núcleos urbanos – tal como a experiência americana –, mas que propunha, em vez disso, atuar num espaço delimitado,

45. REEDER, John. *Economía e Ilustración en España: traducciones y traductores 1717-1800*. Moneda y Crédito, Madrid, n. 147, p. 47-71, 1973. REEDER, John. *Bibliografía de traducciones, al castellano y catalán durante el siglo XVIII, desde obras de pensamiento económico*. Moneda y Crédito, Madrid, n.126, p. 57-73, 1973.

46. N. dos T.: François Véron Duverger de Forbonnais (1722-1800), economista e financista francês.

47. N. dos T.: Johann Kaspar von Thürriegel (1722-1800), coronel bávaro.



SEMANARIO

DE AGRICULTURA Y ARTES

DIRIGIDO Á LOS PÁRROCOS.

Del estudio de la agricultura.

Ya hace mas de diez y siete siglos, que el sabio agricultor español Columela decia á los Romanos de su tiempo, «que no debian atribuir sus cortas cosechas á la esterilidad del país, sino al descuido con que miraban á la agricultura, abandonada á mercenarios, contra el exemplo de sus mayores, que se gloriaban de ejercerla, al mismo tiempo que desempeñaban los cargos mas importantes de la república, pasando, tal vez, desde el carro triunfal, con que la patria premiaba sus hazañas, á empuñar, cubiertos de laureles, la esteva en sus cortos campos, que, como si lo agradeciesen, daban abundantes cosechas. Admirábase mucho del cuidado con que se buscaba un maestro de eloquencia, de música, de bayle, y de todas las demas enseñanzas, quando la agri- cul-»

Figura 1 - Semanario de Agricultura y Artes dirigido á los Párrocos (1797).

Fonte: Academia de la Historia de Madrid.

caracterizado por suas função e atividade. Em um projeto que estabelecia uma relação racional entre os diversos núcleos populacionais situados a distâncias definidas uns dos outros e concebidos com base em programas de necessidades específicos, ele não entendeu que a intenção era definir uma região ou território com existência própria. Ademais, ignorava que aquele novo espaço administrativo estava, em 1767, sendo avaliado como modelo de uma possível reordenação territorial do país, o que constituía a maior originalidade do projeto. De fato, ao se aprovar a criação de uma nova província por decisão real – denominada Intendência da Serra Morena e Nova Andaluzia –, ela assumiria um nível político e administrativo idêntico ao de quaisquer outros antigos reinos⁴⁸. Assim, contrariamente à divisão administrativa então vigente na Espanha, um espaço definido com base na economia apareceu. Na intenção de se estabelecer um novo modelo, mudava-se, inclusive, a antiga denominação de *reino* ou *província* para *intendência*. Do mesmo modo, seus povoados não seriam mais *cidade*, *vila* ou *lugar*, mas *intendência*, *subintendência*, *freguesia* ou *aldeia*. Para evidenciar o caráter singular dessa operação, exigia-se que as casas dos colonos fossem construídas de acordo com um tipo único – traçado pelos engenheiros responsáveis pelo projeto –, repetindo-se o mesmo nos diversos povoados sem nenhuma alteração.

Se a técnica do poder foi capaz de solucionar o problema do repovoamento no interior do país, outras partes dos antigos reinos se posicionaram contra a história e a tradição, introduzindo a economia no conceito de espaço refletida no projeto urbanístico, com a vontade de organizar e configurar o novo termo de *região*. Como os geógrafos o estudaram, o conceito de *território* refere-se a uma extensão delimitada que inclui uma relação de poder ou posse. Entendida a partir da ideia de domínio – espaço dependente de um poder público –, na Serra Morena pela primeira vez constituía-se uma região. Isso implicava uma atividade espacial definida mediante um sistema de relações e conexões. Para além da magnitude de escala da intervenção, o aspecto significativo foi a pretensão de se esboçar o que se almejava ser a nova divisão administrativa do país.

Teria sido, então, a Serra Morena um antecedente da reflexão aberta primeiro por Corboz ao estudar o projeto social compreendido na *Land Ordinance* [Ordenanças Territoriais] de Thomas Jefferson (1785) e, em seguida, por Marie-Vic Ozouf-Marignier no seu trabalho sobre a divisão da França em departamentos, aprovada pela Assembleia Constituinte após os debates ocorridos na noite de 4 de

48. N. dos T.: “Reinos” eram divisões administrativas da Coroa de Castela, um dos componentes do Estado espanhol, estabelecidos quando da organização administrativa de territórios conquistados às taifas muçulmanas. Foram extintos em 1833, por ocasião da reforma administrativo-territorial que criou as atuais províncias espanholas.

Núm. 1

Semanario del Nuevo Reyno de Granada.

Santafé 3 de Enero de 1808.

Estado de la Geografía del Virreynato de Santafé de Bogotá con relación á la economía y al comercio, por Don Francisco Joseph de Caldas, individuo meritorio de la Expedición Botánica del Reyno, y encargado del Observatorio Astronómico de esta Capital.

La Geografía es tan necesaria al estado, como lo puede ser á un propietario el conocimiento perfecto de sus herencias.

Arrighetti Cart. 4. n. 15. pag. 90.

El Semanario del Nuevo Reyno de Granada va á comenzar por el estado en que se halla su Geografía. Los conocimientos geográficos son el termómetro con que se mide la ilustración, el comercio, la agricultura, y la prosperidad de un pueblo. Su estupidez y su barbarie siempre es proporcionada á su ignorancia en este punto. La Geografía es la base fundamental de toda especulación política; ella da la extensión del país sobre que se quiere obrar, enseña las relaciones que tiene con los demás pueblos de la tierra, la bondad de sus costas, los ríos navegables, las montañas que le atraviesan, los valles que forman, las distancias recíprocas de las poblaciones, los caminos establecidos, los que se pueden establecer.

agosto⁴⁹? É óbvio que não: se a vontade dos Estados Unidos era a de estabelecer um projeto territorial uniforme, e o surgimento do debate francês sobre a supressão dos privilégios definia um novo modelo social, na Serra Morena o modelo de divisão administrativa refletia a vontade de criar riqueza num espaço definido por novos limites geográficos. Na Serra Morena, aplicavam-se as propostas já esboçadas na França e na Espanha sobre divisões de províncias. Em 1711, Fénelon⁵⁰ havia exposto ao Duque de Borgonha a necessidade de se reformar a divisão territorial da França. Em tempo, o Marquês de Argenson, Turgot, Le Trone e Condorcet demandaram uma nova divisão provincial, questão retomada em 1757 com variações – e também na *Encyclopédie* [Enciclopédia] de D'Alembert e Diderot – essa divisão era defendida para facilitar a arrecadação de impostos, corrigir diferenças e padronizar circunscrições administrativas. Igualmente na Espanha, como aferiu Burgueño, a situação em finais do século XVIII apresentava disparidades, como exemplificam Aragão com 44.650 km² contra os meros 1.997 km² de Guipúzcoa. Criticava-se, à semelhança de León de Arroyal⁵¹ em suas *Cartas al Conde de Lerena* [Cartas ao Conde de Lerena], que:

[...] o mapa geral da antiga península representa coisa ridícula de umas províncias encaixadas em ângulos irregularíssimos por todas as partes, capitais situadas nas extremidades de suas subdivisões, intendências extensíssimas e intendências muito pequenas, bispados de quatro léguas e bispados de 70, tribunais cuja jurisdição mal se estende para fora dos muros de uma cidade e tribunais que abarcam dois ou três reinos.⁵²

Paralelamente à desproporção e heterogeneidade dos antigos reinos, apontava-se a coexistência de distintos regimes jurisdicionais – com a habitual sobreposição de atribuições –, de modo que, no *Nomenclator*, elaborado em 1785, identificavam-se mais de trinta modalidades administrativas diferentes, alertando-se que:

[...] as províncias, no estado em que as temos hoje, não se formaram pela pressão da economia, mas das casualidades da guerra. As capitais foram erigidas nas suas cidades sem considerar as vantagens da sua localização, e os povoados foram-lhes agregados à medida das conquistas, sem ter em mente outro quesito senão a comodidade das defesas.⁵³

49. N. dos T.: Sessão da Assembleia Constituinte francesa de 4 de agosto de 1789, que deliberou pela abolição do sistema feudal na França.

50. N. dos T.: François de Salignon de La Mothe-Fénelon (1651–1715), teólogo francês, opositor do absolutismo formulado por Bossuet assim como do mercantilismo e da belicosidade de Luís XIV, considerado um dos precursores do Iluminismo. Foi preceptor do Duque de Borgonha, neto e herdeiro de Luís XIV, que não chegou a assumir o trono.

51. N. dos T.: León de Arroyal y Alcázar (1755–1813), poeta fidalgo e pensador político.

52 “[...] el mapa general de la antigua península representa cosa ridícula de unas provincias encajadas en ángulos desregularísimos en todas partes, capitales situadas en las extremidades de los partidos, intendencias extensísimas e intendencias muy pequeñas, obispado de cuatro leguas y obispados de 70, tribunales cuya jurisdicción apenas se extiende fuera de los muros de una ciudad y tribunales que abrazan dos o tres reinos”. (BURGUEÑO, Jesus. *Geografía política de la España Constitucional*. La división provincial. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, p. 311, 1996).

53. “[...] las provincias en el estado en que hoy las tenemos no las formó la presión de la economía, sino las casualidades de la guerra. Las capitales se erigieron en las ciudades sin considerar las ventajas de su situación y los pueblos se les agregaron a proporción de las conquistas sin tener presente otro respecto que la comodidad de las defensas”. (GARCÍA ÁLVAREZ, Jacobo. *Provincias, regiones y comunidades autónomas*. La formación del mapa político de España. Madrid: Secretaría General del Senado, p. 235, 2001).

Atuar no território implicava definir limites, ou, o que é a mesma coisa, estabelecer marcos de intervenção. Em contraposição aos que consideram que o urbanismo moderno teve início no século XIX com a derrubada das muralhas que circundavam os núcleos urbanos, caberia talvez apontar como ponto de partida desse urbanismo o momento em que, pela primeira vez, se atuou em grande escala, ordenando e configurando um território. Regionalizar o espaço converteu-se em uma ruptura em face de políticas anteriores, nas quais motivações de índole histórica ou casual estabeleciam divisões provinciais, de regiões judiciais ou de vice-reinos, apesar da dificuldade que representava delimitar territórios que nunca haviam sido ocupados. E se, na Espanha, a nova Província da Serra Morena foi estabelecida retirando territórios dos antigos reinos para depois unificá-los segundo a ideia de introduzir “a economia no espaço”, na América espanhola a demarcação foi ainda mais complexa devido tanto à má governança dos responsáveis locais quanto ao desconhecimento da realidade geográfica do continente.

Na América espanhola, o termo *território* era usado de modo impreciso. Como comprova Juan López de Velasco, que, em sua *Geografía y descripción universal de las Indias* [Geografia e descrição universal das Índias], não informa sistematicamente as distâncias entre dois povoados – precisão útil para avaliar o entorno de ambas. Sabe-se que a *jurisdição* de Lima, em 1572, correspondia praticamente à metade do Peru; que aquela dependente de Cusco se estendia trinta léguas; aquela de Assunção, no Paraguai, tinha quase cem léguas de raio; por sua vez, Buenos Aires reivindicava um *termo* que cobria cem léguas na direção de Córdoba e 170 na de Santa Fé; Popayán (Colômbia), sessenta léguas na direção de Cali e outras tantas no rumo sul, de Almaguer... Esse caos seria resolvido nas *Ordenanzas de descubrimientos y nuevas poblaciones* [Ordenações de descobrimentos e novos povoados] de 1573, que atribuíam a cada *povoado de espanhóis* a ser criado um raio de quatro léguas como espaço para o *termo*. A experiência americana definiu o limite do território; e, para situar as fronteiras entre dois estados, tomou-se como critério que a divisa fosse a linha formada pela nascente e curso dos rios ou montes mais notáveis. Assim, os acordos firmados por Espanha e Portugal ao longo do século XVIII para resolver questões de limites tomaram como referência os acidentes geográficos, independentemente dos terrenos ou os *termos* específicos coincidirem ou não com eles.⁵⁴

Posto isso, a América espanhola foi o “laboratório” no qual a Metrópole experimentou suas propostas urbanísticas? Parece claro que não, pois o saber e a técnica foram levados aos novos territórios simultaneamente à sua aplicação na Espanha metropolitana. Desde 1750, os economistas espanhóis notavam, como escrevera Campomanes em suas *Reflexiones sobre el comercio español en Indias* [Reflexões sobre o comércio nas Índias], que:

[...] a fundação das colônias é para maior expansão do comércio [...] [acrescentando que] as possessões espanholas na América têm um indubitável caráter de colônia, cuja utilidade não reside em motivos militares, mas na expansão do comércio com a Metrópole [...] [e criticando o fato de que] os espanhóis olharam com desprezo tudo o que não tinha abundantes minas de ouro e prata, e desse mau início se derivaram ainda piores consequências.⁵⁵

Com base na vontade de ocupar as áreas despovoadas, criando novos mercados e assim favorecendo a velocidade de circulação da moeda, por volta de 1765 abandonava-se a política de fundar núcleos urbanos isolados. Optou-se por configurar, como se fizera na Serra Morena, regiões definidas a partir de critérios econômicos e definindo para essas uma estratégia específica de atuação. A dúvida reside em determinar quem implantou a ruptura no modo de projetar bem como em saber as instruções aprovadas quanto a como e onde atuar: sem dúvida, Aranda, Presidente naqueles anos do Conselho de Castela, tomou uma decisão refletindo o debate aberto por aqueles que, em anos anteriores, haviam estudado como transformar o país, estabelecendo princípios em acordo com a nova economia política. E, assim como Olavide estabeleceu na Serra Morena alguns princípios gerais, levando a cabo o projeto de um engenheiro militar, quem desempenhou tal papel na América espanhola foi José de Gálvez⁵⁶. Nomeado, em 1765, visitador⁵⁷ do Vice-reino da Nova Espanha, Gálvez permaneceu na América até 1771, modificando – à revelia da opinião e da autoridade do Vice-rei – a estrutura administrativa existente e implantando no seu lugar um modelo territorial alternativo. Prova de que seu trabalho fora produtivo foi o fato de que, quando do seu retorno à Espanha, foi primeiro nomeado membro do Conselho de Índias e, a partir de 1776, Secretário de Estado do

55. “[...] la fundación de las colonias es para mayor extensión del comercio... [añadiendo que] las posesiones españolas en América tienen un indudable carácter de colonia cuya utilidad no reside en motivos militares, sino en la extensión del comercio con la Metrópoli... [y criticando el hecho de que] los españoles han mirado con desprecio todo lo que no tenía abundantes minas de oro y plata, y de ese mal principio se han derivado peores consecuencias”. (LLCMBART, Vicent. Introducción... p. 97.).

56. N. dos T.: José Bernardo de Gálvez y Gallardo, marquês de Sonora (1720–1787), jurista e administrador, foi secretário de um ministro de Carlos III e um dos promotores das reformas na administração espanhola do século XVIII inspiradas no despotismo esclarecido.

57. N. dos T.: Cargo de natureza extraordinária da administração real espanhola, com a incumbência de avaliar a conduta de outros administradores, especialmente em momentos de turbulência.

Despacho Universal das Índias, sendo o responsável máximo do ordenamento territorial na América espanhola.

A reflexão sobre as mudanças administrativas que Gálvez impusera durante sua visita (de junho de 1765 a maio de 1771) levou alguns [pesquisadores] a destacar que o objetivo último das reformas – medidas políticas, legislativas, administrativas, econômicas e territoriais – seria extrair maiores riquezas para a Coroa. Outros avaliaram a nova organização administrativa como ponto de partida do Estado moderno, ao estabelecer uma ordem territorial baseada em critérios econômicos e não em fatores derivados do que, num primeiro momento, fora a conquista militar do território. A esse respeito, Octavio Paz chegou a afirmar que “Aquele despotismo ilustrado deveria figurar entre os princípios fundadores daqueles países”⁵⁸. É óbvio que as duas posições não se excluem e são ambas corretas: Gálvez viajou à Nova Espanha com instruções precisas, ciente das opiniões propostas na Espanha sobre a relação que a Metrópole deveria ter com as províncias de ultramar, representando ele a opinião expressada por Aranda ao afirmar que “Os antigos métodos de governo naqueles países hão de variar com os tempos, de maneira indispensável.”⁵⁹[Galvéz] chegava à Nova Espanha levando um duplo projeto: se o econômico era claro – obter maior lucro para a Coroa –, seu projeto político buscava unificar as estruturas políticas dos reinos peninsulares e de ultramar, formando uma Nação e retificando a situação econômica. Influenciado por Campomanes, para quem “[...] não se podendo mais olhar aqueles países como uma mera colônia, mas, ao contrário, como províncias poderosas e consideráveis do império”⁶⁰espanhol, sua intenção foi alterar uma administração incapaz de gerar receita. A esse propósito, Bernardo Ward, em seu *Proyecto económico* [Projeto econômico], asseverava que:

[...] deve-se olhar a América a partir de dois conceitos: primeiro, na medida em que pode consumir nossos frutos e mercadorias. Segundo, na medida em que é uma porção considerável da monarquia, na qual cabe fazer as mesmas melhorias que na Espanha (...) para ver o quanto atrasada [se encontra a Espanha], basta considerar que a França tira atualmente das suas colônias cerca de quarenta milhões de pesos, o que significa quatro vezes o que tira a Espanha de todo o Novo Mundo.⁶¹

58. “*Aquel despotismo ilustrado debería figurar entre los principios fundadores de aquellos países*” (PAZ, Octavio. In/mediaciones. Barcelona: Seix Barral, p. 47, 1981).

59. “*Los antiguos métodos de gobierno en aquellos países han de variar según los tiempos, de manera indispensable.*”

60. “[...] no pudiendo mirarse ya aquellos países como una pura colonia, sino como unas provincias poderosas y considerables del imperio”. (LEVENE, Ricardo. El mundo de las ideas y la revolución hispanoamericana de 1810. Colección de Estudios Jurídicos y Sociales. nº46, Editorial Jurídica de Chile. p. 101, 1956).

61. “[...] debemos mirar la América desde dos conceptos: primero, en cuanto puede dar consumo a nuestros frutos y mercancías. Segundo, en cuanto es una porción considerable de la monarquía en la que cabe hacer las mismas mejoras que en España añadiendo luego para ver lo atrasada [que se haya España] basta considerar que la Francia saca actualmente de sus colonias cerca de cuarenta millones de pesos, que quiere decir cuatro veces lo que saca España de todo el nuevo mundo”. (WARD, Bernardo. Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España. Madrid: Joachim Ibarra, p. 228, 1779).

Reformular uma administração não pressupunha apenas destituir corruptos — questão menor —, mas também redefinir políticas econômicas e fiscais — e, portanto, territoriais —, considerando que “As questões da América estão em muito pior estado, ainda que sejam tão importantes que jamais teve monarquia alguma possessão igual.”⁶² Diante de tal situação, procurou:

[...] ordenar aquele comércio de modo que sirva de fomento à nossa indústria, estendê-lo muito mais e eliminar o contrabando; estabelecer novos setores que até agora não foram empreendidos; de muitos milhões de índios incultos, fazer vassallos úteis; aumentar o lucro das minas introduzindo os engenhos e inventos que temos visto naquelas da Hungria, Saxônia e Suécia, onde florescem muito essas operações; estender mais a produção daqueles preciosos frutos e o seu consumo na Europa.⁶³

Se, do ponto de vista jurídico, a América não tinha uma condição inferior àquela dos diversos reinos da Espanha, seu aparato administrativo denotava situação singular se comparado com outros. Por isso, a intenção de se unificarem as jurisdições foi, na realidade, apenas um pretexto para introduzir mudanças radicais: John Eliot notou que a atuação de Gálvez na Nova Espanha deve ser entendida como a reconquista daquele território.

Gálvez reordenou um território configurado por três reinos — México, Nova Galiza e Leão —, dois governos — Nova Biscaia e Iucatã — e oito províncias — Tejas, Coahuila, Sinaloa, Sonora, Nayarit, Velha e Nova Califórnia bem como a colônia de Santander. Além disso, estabeleceu uma organização racional do território, retirando autoridade e competências do vice-rei. Formou as intendências da Nova Espanha, estabeleceu um Comando Geral que compreendia ambas as Califórnia, Nova Biscaia, Novo México e Sonora, às quais agregaria, posteriormente, Teja e Coahuila. Estava ciente de que, desde 1764 — devido à Guerra dos Sete Anos —, o equilíbrio das potências europeias no Norte da América transformaria aquele território, tornando-o linha de fronteira com as colônias britânicas. Assim, definiu uma estratégia para a longa fronteira que — após a cessão da Louisiana francesa à Espanha — se estendia da Flórida à Alta Califórnia, relocando tanto presidios⁶⁴ quanto missões jesuíticas situadas na área.

Gálvez estabeleceu — tomando como referência a política levada a cabo na Serra Morena — uma ordem qualitativa que distinguia,

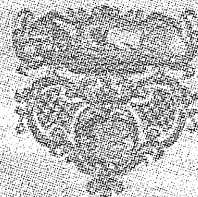
62. “Los asuntos de América están en mucho peor estado, siendo tan importantes que jamás ha tenido monarquía alguna posesión igual”. (WARD, Bernardo. *Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España...* p. 16).

63. “[...] arreglar aquel comercio de modo que sirva de fomento a nuestra industria, extenderlo mucho más y quitar el contrabando; establecer nuevos ramos que hasta ahora no se han emprendido; de muchos millones de indios incultos hacer vasallos útiles; aumentar el beneficio de las minas introduciendo los ingenios e inventos que hemos visto en las de Hungría, Sajonia y Suecia, donde florecen mucho estas maniobras: extender más la producción de aquellos preciosos frutos y de su consumo en Europa.” (BITAR LETAYF, Marcelo. *Economistas españoles del siglo XVIII*. Madrid: Cultura Hispanica. 1968 .p. 128)

64. N. dos T.: praças fortes espanholas, edificadas especialmente nas áreas fronteiriças.

**REGLAMENTO,
E INSTRUCCION
PARA LOS PRESIDIOS
QUE SE HAN DE FORMAR
EN LA LINEA DE FRONTERA
de la Nueva España.**

**RESUELTO POR EL REY N. S.
en Cedula de 10. de Septiembre
de 1772.**



DE ORDEN DE SU MAESTAD.

MADRID: Por Juan de San Martín, Impresor de la Secretaría del Despacho Universal de Indias.
Año de 1772.



hierarquicamente, os postos de fronteira daqueles estabelecidos no interior, entendendo estes como apoio e reforço para aqueles. Definiu critérios para o local de fundação de aldeamentos indígenas e decidiu seu tamanho e distância em relação ao núcleo urbano do qual dependiam. Suas decisões quanto ao modo de entender e avaliar o território – se não na solução formal adotada – coincidiam com o estabelecimento contemporâneo de Olavide e Lemauro na Serra Morena. Chocavam-se frontalmente com a proposta imprecisa apresentada, em 1762, por Johannes Kaspar Thürriegel ao propor o traslado de 6.000 colonos da Alemanha com os quais pretendia repovoar tanto Tejas quanto o Peru. Essa proposta não fora acompanhada de estudos sobre onde radicá-los nem definia os critérios de traçado dos povoados ou como prover suas subsistências. Se a atuação de Gálvez na Alta Califórnia foi o ápice de uma ideia iniciada em Nova Biscaia ou Sonora, sua intenção não foi conquistar novos territórios, mas organizar os existentes administrativamente. Para tanto, reativou minas e qualificou os portos de Guaymás, San Blas e Mazatlán, fomentando o povoamento da Califórnia e Sonora, tornando a criação de gado e as lavouras seguras.

Para consolidar a linha de fronteira, determinou o traslado força-da da população indígena para o entorno dos *presidios*, doando-lhe terras, e reorganizou a sua localização. Com isso, objetivava ordenar um território composto de terras semiáridas e apenas parcialmente ocupadas por tribos Comanches e Apaches. Como bem analisou o Professor Luis Arnal:

[...] os *presidios* foram feitos seguindo-se uma linha, uma espécie de cadeia na qual cada vínculo era forte por si só, e funcionavam somente para a proteção do seu sítio, sem nenhuma relação com os arredores, sobretudo se estes fossem distantes. Um *presidio* seguia-se a outro a uma distância prudente que permitisse o apoio mútuo.⁶⁵

Em 1771, consolidou-se a *Línea o cordón de presidios sobre las fronteras de las Provincias Internas* [Linha ou cordão de *presidios* sobre as fronteiras das Provincias Internas], entendida como sistema de apoio a centros produtivos, fossem eles missões ou pequenas fazendas pecuaristas. Essa linha definia um plano de ação que combinava povoamento, defesa e produção, deixando aberta a livre comunicação entre Tejas, Coahuila, Biscaia, Sonora e Novo México. Cada *presidio* compreendia uma guarda de aproximadamente

65. "[...] los *presidios* se hicieron siguiendo una línea, una especie de cadena en la que cada eslabon era fuerte en si mismo, y solo funcionaba para proteccion del sitio, sin ninguna relación con los alrededores, sobre todo si estos eran lejanos. Un *presidio* seguía al otro a distancia prudente que permitiera el mutuo apoyo". (ARNAL, Luis. El sistema presidial en el septentrion novohispano, evolucion y estrategia de doblamiento. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. X, n. 218, 2006. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-26.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2010.)

MAPA DE PRESIDIO DE SAN ANTONIO DE BEXAR. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 841. 842. 843. 844. 845. 846. 847. 848. 849. 850. 851. 852. 853. 854. 855. 856. 857. 858. 859. 860. 861. 862. 863. 864. 865. 866. 867. 868. 869. 870. 871. 872. 873. 874. 875. 876. 877. 878. 879. 880. 881. 882. 883. 884. 885. 886. 887. 888. 889. 890. 891. 892. 893. 894. 895. 896. 897. 898. 899. 900. 901. 902. 903. 904. 905. 906. 907. 908. 909. 910. 911. 912. 913. 914. 915. 916. 917. 918. 919. 920. 921. 922. 923. 924. 925. 926. 927. 928. 929. 930. 931. 932. 933. 934. 935. 936. 937. 938. 939. 940. 941. 942. 943. 944. 945. 946. 947. 948. 949. 950. 951. 952. 953. 954. 955. 956. 957. 958. 959. 960. 961. 962. 963. 964. 965. 966. 967. 968. 969. 970. 971. 972. 973. 974. 975. 976. 977. 978. 979. 980. 981. 982. 983. 984. 985. 986. 987. 988. 989. 990. 991. 992. 993. 994. 995. 996. 997. 998. 999. 1000.

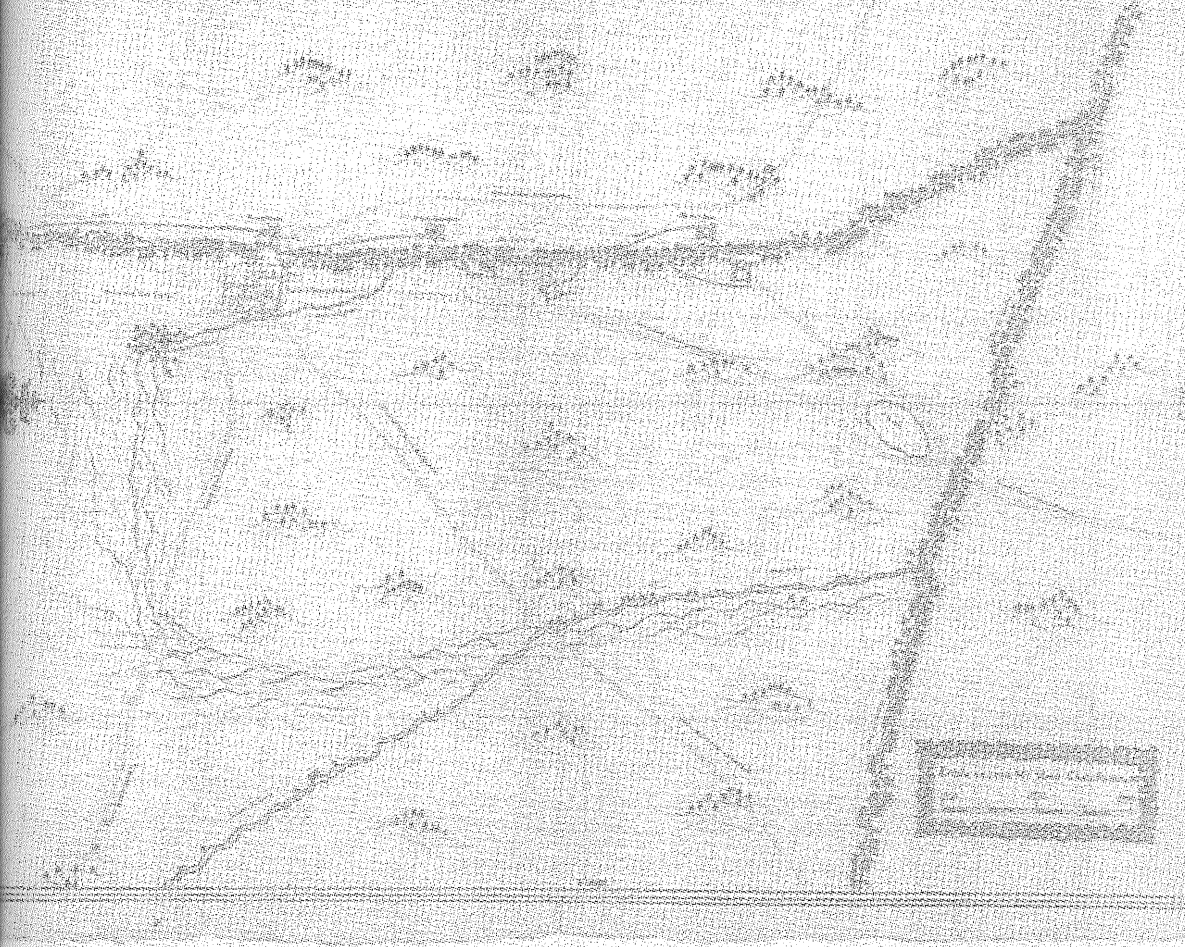


Figura 4 - Mapa do Presidio de San Antonio de Bjea. Texas, 1754.
Fonte: AGS

cinquenta militares, assinalando-se um total de 1.284 praças fortes. Sabemos algo sobre seu crescimento graças a diversos informes que notam como o comércio da área foi estimulado, incorporando a população indígena e fortificando as fronteiras. Paralelamente, desenvolveu-se a política das missões, complementada por seus *satélites econômicos*, termo que designa *los reales de minas*⁶⁶ [os reais de minas], fazendas ou estâncias. As instruções recebidas foram aplicadas, portanto, de modo estrito, configurando-se um território no qual o ordenamento do espaço se subordinava tanto à economia quanto a razões de ordem estratégica, que garantiam a proteção da fronteira. E, se as soluções arquitetônicas adotadas careceram da atenção que receberam aquelas promovidas na Serra Morena, isso está longe de desmerecer a proposta, mas apenas demonstra a falta de formação técnica dos colaboradores de Gálvez.

O sistema de intendências na Nova Espanha, glosado na historiografia mexicana e espanhola, foi ignorado por aqueles que nunca valorizaram esse projeto enquanto referência na política territorial levada a cabo no último terço do século. Caberia, quiçá, objetar a certos historiadores sobre o que hoje chamam territórios, – condicionados pela geopolítica atual, esquecem-se de que, antes da Independência, a América espanhola (antes da anexação desses territórios pelos Estados Unidos) era, em que pesem diferenças e variações, um território único. Este era planejado desde a Metrópole por um Conselho das Índias capaz de abordar aspectos tão díspares quanto, por exemplo, a colonização da Alta Califórnia, as obras do Canal do Dique em Nova Granada, a reconstrução da Capital da Guatemala após o terremoto de 1773, ou a ocupação da costa patagônica. Após o retorno de Gálvez a Madri e sua nomeação como Ministro das Índias, o trabalho urbanístico levado a cabo pela Coroa espanhola no continente americano deve ser entendido tendo-se em mente dois fatores: sua experiência no México e sua visão de conjunto dos problemas do continente ou, o que resulta ser o mesmo, sua vontade de desenvolver uma política urbanística coordenada, subtraindo essa competência aos distintos vice-reis.

Confrontando-se com uma nova realidade e propondo atuar numa escala que rompia qualquer precedente, durante pouco mais de dez anos Gálvez teve como preocupação tanto definir as linhas de fronteira quanto consolidar e colonizar certas áreas do litoral atlântico e pacífico. Atuou, por exemplo, no Golfo do México, após ter trasladado a Havana o Arsenal que, originalmente, se situava em Veracruz (México), com o objetivo de possibilitar que aquele porto

66. N. dos R. Povoaços adjacentes a minas importantes.

67. N. dos T. Em Cartagena, Colômbia.

68. GACETA DE MADRID. Madrid. Edición de 30 octubre. 1764.

se tornasse local de reunião da Frota das Índias. Paralelamente, promoveu obras públicas excepcionais, como a construção de diversos canais navegáveis: o Canal Interoceânico, aproveitando o Lago Titimeca, o chamado Canal do Dique, no Rio Magdalena⁶⁷, e o canal de San Carlos, no Chile, ligando os Rios Maipo e Mapocho. Também estabeleceu novos assentamentos na Patagônia. O conceito de “fronteira” ganhou novo sentido, definindo-se como limites na linha de competências dos Estados. Assim, ao detectar, nas imediações de San Francisco, a presença de comerciantes russos que, sob o pretexto de esgotamento dos campos de caça às lontras no Norte do continente, buscavam descer pelo Mar Glacial e se estabelecer na Califórnia⁶⁸, freou essa penetração russa, consolidando a Alta Califórnia, e fortaleceu o porto de San Francisco. Paralelamente, um sistema de defesas entre Acapulco (México) e Valdivia (Chile) foi disposto para dificultar o contrabando holandês e britânico numa área de forte crescimento econômico.

Campomanes apontara como a fundação da Colônia do Sacramento por Portugal teve consequências para a política econômica da área, ao possibilitar que, a partir daquela vila, os contrabandistas atuassem tanto no entorno do Rio da Prata quanto em Tucumã, no Uruguai e no Peru, alterando o equilíbrio existente entre Lima e Buenos Aires. Demandou que se fomentasse o comércio em Buenos Aires e se aumentasse a riqueza no Peru e no Chile, propondo a construção de novos portos no Mar do Sul que facilitassem o aporte de mercadorias ao vice-reino bem como fortificasse a costa marítima do Pacífico. Um aspecto demonstra a consciência que se tinha, no Conselho das Índias, de que o problema era a atividade dos contrabandistas. Optou-se por substituir as grandes defesas dos séculos anteriores pela construção, no litoral, de um conjunto de pequenos povoados – dispostos a pequena distância uns dos outros – de modo que sua presença impedisse ou ao menos dificultasse a atuação dos contrabandistas. Ao longo da costa do Pacífico, construiu-se um conjunto de pequenos núcleos populacionais, como cidades militares, onde se dispunha somente de praças fortes convencionais em Acapulco, Panamá, Callao (Peru), Valparaíso e Valdivia. Configurou-se, assim, em escala continental, aquilo que o Pe. Gabriel Guarda chamou de *a sinuosa [linha] vertical*, iniciando-se em Puerto Perico (na enseada do Panamá) e chegando até a cidade chilena de Valdivia, abarcando Guayaquil (Equador), Paita, Trujillo ou Callao (Peru) com os portos intercalados entre Callao e Arica, Cobija e Coquimbo (Chile).⁶⁹ Partindo do Reino do Chile, o projeto

69. GUARDA GEYMWITZ, Gabriel. Flandes Indiano: las Poblaciones en el Reino de Chile, 1641-1826. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 1996.

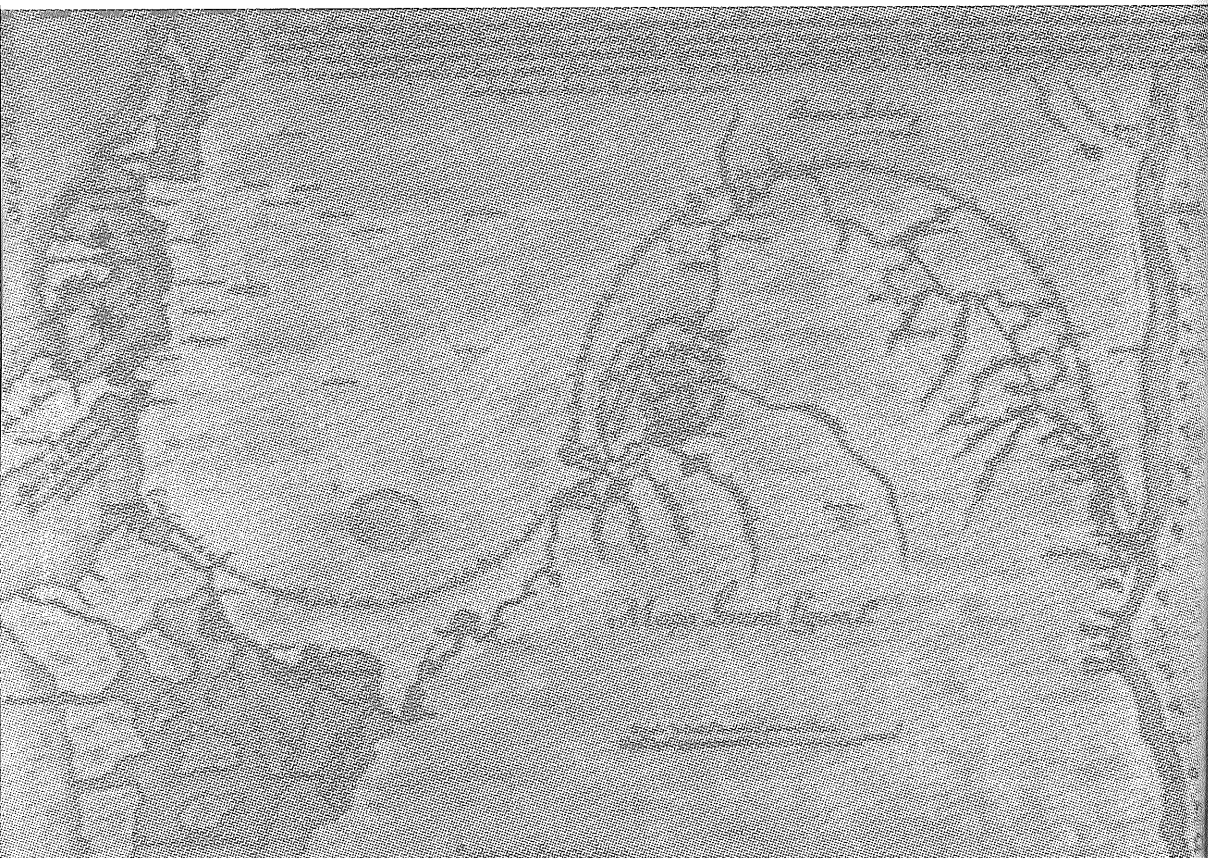


Figura 5 - Mapa do antigo canal chamado de Dique.
Fonte: AGS

estendia-se até o Vice-reino do Peru, passando em seguida a Nova Granada e chegando a Nova Espanha. O que essa proposta tinha de excepcional, portanto, é que ela rompia os limites anteriormente atribuídos a cada vice-reino. Assim, formulava-se um projeto no qual – a partir de princípios novos, já que o limite era a costa do Pacífico – o estudo de pequenos núcleos – localização, traçado, formas dos lotes ou soluções de moradia – se alinhava com a experiência levada a cabo na Nova Espanha ou na Serra Morena.

Em cada atividade, Gálvez buscou unificar administrações, retirar competências dos vice-reis, fortalecer o papel do intendente e reformular os conceitos de *território*, *região* ou *fronteira*. Percebe-se isso ao cotejar, por exemplo, as ordenanças para a Nova Espanha, promulgadas em 1786, com aquelas aprovadas em 1782 para o Vice-reino de Buenos Aires, ainda que os projetos econômicos de ambos fossem diferentes. Além dos grandes projetos, houve também outros, em menor escala, imprecisos numa primeira leitura e concebidos como resposta militar a uma ameaça externa. Em 1783, após o Tratado de Versalhes, os britânicos haviam-se comprometido a deixar a costa atlântica da América Central. Não obstante isso, a perda, pela Espanha, de territórios na Costa dos Mosquitos – parte da jurisdição do tribunal da Guatemala – forçou as autoridades espanholas a tentar recuperá-los, fosse por meio de ações militares, fosse impondo a chegada de 150 famílias espanholas à área. Se o compromisso britânico era destruir suas defesas na Ilha de Roatán (Honduras), as instruções dadas por Gálvez foram, por sua vez, claras. Ele ordenava não apenas reedificar Puerto Trujillo como também ocupar a referida ilha, fundando quatro povoados no Rio Tinto, Cabo de Gracias, Blewfield e na embocadura do Rio de San Juan. Especificava, na instrução enviada, “[...] a conveniência de que as famílias europeias se misturem com as do país”⁷⁰. Ao que parece, o repovoamento da Costa dos Mosquitos foi uma operação menor que não mereceria ser destacada. Sua excepcionalidade reside em que, por trás dela, se ocultava uma intenção clara: desde o século XVI, os engenheiros espanhóis haviam estudado a possibilidade de construir, naquele ponto, um canal que permitisse a passagem do Atlântico ao Pacífico, evitando-se, assim, as perigosas águas do Cabo Horn. Se Antonelli formulara, nos quinhentos, uma primeira ideia sobre o assunto, na segunda metade do século XVIII foram vários os estudos que buscaram aproveitar os grandes lagos da Nicarágua com a proposta de chegar, por via fluvial, até o Cocibolca ou Lago Nicarágua para cruzar o Istmo de Rivas e, com menor

70. “[...] la conveniencia que las familias europeas se mezclaran con las del país”.

esforço, atingir a costa do Pacífico. Diversas propostas de “canal interoceânico” foram divulgadas naqueles anos e a decisão tomada por Gálvez foi a de fortificar a foz do rio, protegendo o possível acesso ao canal.

PROJETOS TERRITORIAIS DO PONTO DE VISTA DA ECONOMIA POLÍTICA

Para os economistas espanhóis, a necessidade de transformar uma realidade, desenvolvendo a “economia civil ou política”, era prioritária. A esse respeito, Jovellanos⁷¹ notava, em 1776, que:

[...] uma nação que cultiva, trabalha, comercia, navega, que reforma suas antigas instituições e levanta outras novas; uma nação que se ilustra, que trata de melhorar seu sistema político, necessita todos os dias de novas leis. Essa convicção deu a meus estudos uma direção determinada... Tive de reconhecer que o mais importante de todos os estudos era o da economia civil e política, porque tocando a essa ciência a indagação das fontes da pública prosperidade e a dos meios de se franquear e difundir suas benéficas torrentes, é ela que se deve continuamente consultar, seja para a revogação de leis inúteis ou perniciosas, seja para a formação daquelas necessárias e convenientes.⁷²

A vontade de adaptar a norma à realidade, definindo-se uma nova estratégia, fez-se logo evidente como consequência das tensões econômicas existentes entre Lima e Buenos Aires. Se as intervenções no Novo México, Pacífico ou Costa dos Mosquitos foram respostas à vontade de se ordenar o território buscando aumentar a riqueza da nação, no Vice-reino do Rio da Prata houve dois tipos de atuações, correspondendo a duas situações distintas. Desde 1776 e até o final da atuação de Gálvez, a política territorial buscou, fundamentalmente, firmar a fronteira com o Pampa e proteger a costa patagônica. A partir desse momento, nota-se a presença de um grupo consolidado de comerciantes hispano-americanos, formados na economia política e conhecedores dos debates levantados na França, Itália ou Espanha: isto é, protagonistas ativos da política territorial, substituindo a voz solitária do Ministro das Índias. Isso

71. N. dos T. Gaspar Melchor de Jovellanos (1744-1811): escritor e jurista, promotor do pensamento liberal na Espanha.

72. “[...] una nación que cultiva, trabaja, comercia, navega, que reforma sus antiguas instituciones y levanta otras nuevas; una nación que se ilustra, que trata de mejorar su sistema político, necesita todos los días de nuevas leyes. Esta convicción dio a mis estudios una dirección determinada... hubo de reconocer que el más importante de todos los estudios era el de la economía civil y política porque tocando a esta ciencia la indagación de las fuentes de la pública prosperidad y la de los medios de franquear y difundir sus benéficas torrentes, ella es la que debe consultarse continuamente, ya sea para la derogación de leyes inútiles o perniciosas y a para la formación de las necesarias y convenientes” JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. Introducción a un discurso sobre el estudio de la Economía Civil. In: Obras de D. Gaspar Melchor de Jovellanos. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles... 87, p. 22, 1990.

73. N. dos T.: Pedro Martín Cermeño (1722-1790): arquiteto e engenheiro militar, feroz governador militar de Orã (Argentina), e, após uma estada na América, sendo nomeado Capitão-general da Galiza.

74. N. dos T.: Juan José de Vertiz Salcedo (1719-1793), segundo vice-rei do Rio da Prata (1778-1784).

75. N. dos T.: Mitral (p. 1790-1802), comandante do Real Corpo de Artilharia no Vice-reino.

76. N. dos T.: Félix Francisco José Pedro de Azara y Pereira (1742-1821), militar, cartógrafo, naturalista e humanista.

77. N. dos T.: Todas as localidades do Sul da Argentina.

78. N. dos T.: Centro-Oeste da Argentina.

gerou uma inflexão nas propostas anteriores, quando alguns dos seus integrantes desempenharam um papel chave na política local. Em 1760, ficara nítida a intenção espanhola de colonizar a região conhecida como “magalânica”, dado que a fertilidade do país e a facilidade para transportar mercadorias e extraí-las a baixo custo foram atrativos daqueles que buscaram fomentar a riqueza do território. Em 1776, o Vice-reino do Rio da Prata configurava-se a partir da intenção de fortalecer a fronteira com o Brasil e estabelecer uma alternativa de poder ao Vice-reino do Peru. Sabe-se que, em 1777, chegou a Montevideu um importante contingente de engenheiros militares, comandados por Pedro Martín Cermeño⁷³ e tendo Juan Escofet como ajudante de ordens. A trajetória profissional de ambos é bem conhecida e Cermeño – formado na escola de Vauban, por volta de 1750 – possuía um saber e uma técnica claramente defasados no início da década de 80. Com seu apoio, Vértiz⁷⁴ ordenou expedições militares ao sul de Buenos Aires, encarregando Francisco de Betbezé y Ducós⁷⁵ de avançar a linha de fronteira para o sul; alguns anos mais tarde, Félix de Azara⁷⁶ reconheceria o Río Salado até a sua foz. Paralelamente, Vértiz e Cermeño ordenaram, em 1778, a implantação de um novo povoado na Baía de San Juan bem como a fundação de outros assentamentos em Bahía sin Fondo e, posteriormente, no Río Colorado e no Puerto Deseado.⁷⁷

A crise econômica em Lima implicou o apogeu de Buenos Aires e permitiu atuar no entorno da cidade – em ambas as margens do rio – bem como fortalecer a linha costeira da Patagônia. Cientes de que a implantação das colônias de Montevideu e Maldonado, na margem ou lado oriental, servira para assegurar a posse das terras, quiseram repetir a experiência ao sul de Buenos Aires. A configuração do novo Vice-reino baseou-se – diferentemente do que ocorrera na Serra Morena – sem uma estratégia territorial clara, confiando na capacidade dos territórios meridionais do Peru para configurar um entorno. Pretendia-se que Paraguai, Tucumã, Santa Cruz de la Sierra, La Paz, Mendoza, La Plata e Potosí se integrassem na nova administração. Num território que incluía o Chile, Alto Peru, Cuyo⁷⁸ e Paraguai, a política levada a cabo por Juan José Vértiz – primeiro como governador, depois como vice-rei – consistiu em definir competências para Assunção do Paraguai, San Miguel de Tucumán, Santa Cruz de la Sierra, La Paz, Mendoza e La Plata. Essa política teve, como consequência, em poucos anos, tanto o aumento de riqueza em Buenos Aires como o aumento do espaço economicamente dependente dela, consolidando uma nova linha

de fronteira na expansão rumo ao Pampa.

A divisão do vice-reino em intendências, a instauração, em 1785, da *Audiencia* (tribunal e sua jurisdição) e a criação, em 1793, do Consulado de Comércio sem dúvida foram determinantes para o desenvolvimento daquele território. No entanto, o fato de ambas as instituições – *Audiencia* e Consulado – terem sede em Buenos Aires tornou essa cidade o centro econômico e político de uma extensa jurisdição, transformando-a em centro de comunicações e transportes graças, entre outros fatores, ao seu porto de ultramar. Buenos Aires foi a cidade da América espanhola que teve o maior desenvolvimento e crescimento demográfico e econômico em finais do século XVIII e início do XIX. Não apenas cresceu demograficamente – em pouquíssimos anos quintuplicou sua população – como também sua imagem urbana mudou, adotando as ordenanças municipais sobre água, ar, fogo e ornamento de Madri e Barcelona. O Professor Osvaldo Otero⁷⁹, estudioso das tipologias habitacionais concebidas para a moradia bonaerense – referindo-se não mais àquelas edificadas para a alta classe mercante, mas a outras mais humildes –, mostrou como elas refletiam um “saber” e uma “técnica” que superavam, por exemplo, o projeto classicista de teatro traçado por Antonio López Aguado por encomenda da comissão de arquitetura da Academia de San Fernando em Madri. Caberia analisar qual foi a política de embelezamento levada a cabo em Buenos Aires, observando-se como se resolveu a embocadura dos caminhos que entravam na cidade, transformando-os em passeios e alamedas; caberia também analisar como se definiu a primeira política de arruamento e quais foram as obras de drenagem, pavimentação ou iluminação (em que prioridade), assim como estudar a localização dos equipamentos que caracterizaram a urbe em finais do setecentos. Essas investigações lançariam luz sobre as transformações urbanas e a configuração de uma nova imagem da cidade. Porém, o surpreendente na realidade portenha não está na retomada mimética de propostas metropolitanas, mas na capacidade profissional de alguns arquitetos – dos quais pouco sabemos – projetarem moradias que, mais tarde, abrigariam os característicos *conventillos* [cortiços] ou *casas chorizo*⁸⁰. Esses tipos eram respostas urbanas à experiência desenvolvida na Serra Morena pelos engenheiros militares, caracterizando-se tanto pela repetição de um tipo de morada ao longo de um eixo lindeiro à rua quanto por apresentar uma segunda fachada abrindo para um pátio interno – espaço comum às unidades habitacionais. Mais peculiar ainda que a definição de um tipo específico de residência era a

79. OTERO, Osvaldo. *Vivienda y poder: la sociedad urbana en el Buenos Aires tipológico*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates. Paris, s/n, 2010. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/59287>. Acesso em: 23 mar 2010.

80. N. dos T.: Tipo de casa em renque, característico de Buenos Aires, com cômodos enfileirados longitudinalmente, abrindo para um pátio lateral alongado frequentemente por intermédio de um alpendre.

81. N. dos T.: 54 de de uma recatagem regia a partir da metade do século XVIII.

82. N. dos T.: Fundado em 1768 para abrigar cristãos exilados da Tunísia

83. N. dos T.: Pedro Manuel de Ugartemendía (1770-1835), arquiteto basco responsável pelo projeto de reconstrução da cidade de San Sebastián, destruída pelas tropas aliadas na guerra contra o Europa napoleônica em 1813.

84. SAMERICIO, Carlos. Territorio y ciudad en la España ilustrada. Madrid: Ministerio de Obras Públicas, 1938

85. N. dos T.: No curso do Rio Negro, Patagônia

repetição de um tipo arquitetônico que comparecera, na arquitetura espanhola, tanto na fábrica de Brihuega⁸¹ quanto no povoado alcantino de Nova Tabarca⁸² e nos quarteirões residenciais modelados no Grau, bairro de Valência, ou na proposta de Ugartemendía⁸³ para a reconstrução de San Sebastián.⁸⁴

Logo se tornou evidente que o crescimento populacional dependia do espaço que rodeava a cidade, especialmente com a implantação do sistema de intendências que aumentava o seu controle político e fiscal. Identificar a política de colonização no vice-reino do Rio da Prata com ações militares seria simplista, e é surpreendente que alguns estudiosos da história da arquitetura e do urbanismo tenham proposto, com base na “autonomia da disciplina”, um comportamento que se poderia qualificar de “autista” ao ignorar a complexidade do momento. A colonização do vice-reino não pode se desligar do crescimento econômico da sua capital e logo Buenos Aires se tornaria uma cidade referência de pioneiros, na qual o dinheiro era o indicador – mais do que em outras áreas – de preeminências sociais. Devido à inexistência de grupos solidamente estabelecidos que dificultassem a ascensão da classe mercantil, ela rapidamente se tornou protagonista. Ao mesmo tempo, a política de ampliação de fronteiras deixou de responder a condicionantes militares para se tornar reflexo de um espaço econômico que procurava se expandir, garantir a segurança do seu comércio e estabelecer novas áreas de desenvolvimento. Nesse sentido, se, em 1798, se propunha fundar um povoado no caminho de Choleechel⁸⁵, “[...] o qual seguem os índios para levar o gado roubado até o reino do Chile”, houve quem – em oposição a ações pontuais – propusesse aumentar o desenvolvimento econômico da área. Para tanto, sugeria-se construir cinco novos povoados e destacava-se a conveniência de estruturar uma linha de fronteira capaz de conter o ataque da população indígena. Isso levaria ao estabelecimento de um sistema de povoados e fortificações capaz de dar segurança à expansão da área central, fundando-se a Vila de San Agustín e os fortes de San Carlos e San Rafael de Mendoza.

A principal transformação em Buenos Aires ocorreu em 1773, ao se estabelecerem os Estudos Reais, embrião do que seria, mais tarde, o núcleo de hispano-americanos ilustrados. Formados na economia política, seriam capazes de dar um conteúdo teórico – bem como definir uma estratégia espacial – às operações militares. Confrontar a reflexão gerada por esse pequeno núcleo de hispano-argentinos, formado no Colégio de San Carlos, com as atividades conduzidas

pelas expedições militares permite entender a coexistência – no seio da própria administração espanhola – de dois modelos de território. Durante o ministério de Gálvez, as propostas eram concebidas para otimizar um território até então abandonado. Já no Rio da Prata, a partir de 1790, o crescimento econômico de Buenos Aires demandou que o ordenamento do território considerasse tanto subordinar qualquer projeto às conveniências de Buenos Aires quanto estabelecer respostas com base no saber teórico daqueles que procuravam fomentar a agricultura, incentivar a indústria e proteger o comércio da região. Foi nesse momento que o Consulado de Comércio de Buenos Aires, formado a pedido dos comerciantes locais, abriu os debates. Essa comissão era competente não apenas para dirimir queixas como também para propor ao Conselho das Índias medidas para transformar uma região pobre em rica e próspera. Manuel Belgrano – futuro caudilho independentista –, na sua autobiografia, registrou o momento referindo-se ao texto apresentado como Memória à Junta de Governo do Consulado em 1794:

[...] por volta dos anos de 1793, as ideias de economia política grassavam na Espanha com furor, e creio que a isso devo o fato de terem me colocado na secretaria do Consulado [...] Fiquei ao mesmo tempo surpreso e cheio de visões favoráveis à América quando fui encarregado, pela secretaria, de descrever nas minhas Memórias as províncias, a fim de que, conhecendo seu estado, pudessem tomar providências corretas para a sua felicidade.⁸⁶

Se, num primeiro momento, reformara-se a antiga estrutura territorial, procurando dar à Espanha “plenitude de poder e riquezas”, o processo de modernização iniciado em Buenos Aires no final do século baseou-se em interesses bem diversos. Na referida Memória apresentada por Belgrano à Junta de Comércio, ele requeria a esta:

[...] averiguar o estado dos distintos ramos nas províncias dos seus distritos, e levar ao conhecimento do rei o que considerasse digno de sua real nota, propondo-lhe as providências que lhe ditem seu zelo em benefício da agricultura, indústria e comércio do país.

Belgrano redigiria seu texto considerando:

[...] a necessidade de construir bons caminhos e estabelecer estâncias nos despovoados para a comunicação recíproca e co-

86. [...] por los años de 1793, las ideas de economía política cursaban en España con furor, y creo que a esto debo el hecho de haberme colocado en la secretaría del Consulado [...]. Tanto me asombré como lleno de visiones favorables a la América, cuando fui encargado por la secretaría, de que en mis Memorias describiese las provincias, a fin de que sabiendo su estado pudiesen tomar providencias acertadas para su felicidad”, apud FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. *Comprobaciones, revaluaciones y problemas no resueltos del primer pensamiento económico argentino. Anales de la Asociación Argentina de Economía Política*, Buenos Aires, XII, 1977, p.177.

87. "[...] la necesidad de construir buenos caminos y establecer rancherías en los despoblados para la mutua comunicación y comodidad de los transportes, con lo cual se pueda favorecer el comercio; que tenga también presente el beneficio que resultaría de limpiar y mantener limpio el puerto de Montevideo y construir en sus alrededores, un muelle o desembarcadero en Buenos Aires, donde puedan nacerse las cargas y descargas sin riesgos de averías o fraudes" (Apud FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. Comprobaciones, refutaciones y problemas no resueltos del primer pensamiento económico argentino... p. 396).

modidade dos transportes, sem o que não pode florescer o comércio; e que tenha também presente o benefício que resultaria de limpar e conservar limpo o porto de Montevideu, e construir em sítio provido um cais ou porto em Buenos Aires, onde possam operar-se os carregamentos e descarregamentos sem riscos de avarias ou fraudes.⁸⁷

Belgrano aceitava e retomava as questões propostas por aqueles que, na Espanha, haviam avançado as grandes operações territoriais, ainda que seu objetivo fosse diferente: entendendo que a riqueza encontrava-se na produção, reivindicou que se fomentasse a agricultura ou, o que resultava no mesmo, que se favorecessem os interesses agropecuários dos hispano-americanos bonaerenses, incentivando a criação de indústrias e a proteção do comércio. Propôs, com seus escritos, combater o ócio, liberalizar o comércio de grãos para, com isso, aumentar a sua produção, promover a "indústria popular", facilitar o acesso à terra, fortalecer as comunicações e o transporte, difundir técnicas agropecuárias e racionalizar o setor agrário. Para tanto, a reforma agrária era ponto chave para o aumento da produtividade. Reorganizar o aparato burocrático e o sistema fiscal conduziu à reorganização dos territórios e povoados. Os reformistas bonaerenses substituíram, portanto – antes da proclamação da independência, mas após a morte de Gálvez –, a autoridade da administração metropolitana na definição das reformas, identificando-se com aquelas determinadas pela monarquia. A contradição reside em que, ao pretender consolidar os interesses do setor privado, as reformas foram concebidas a partir de uma escala de intervenção menor, sendo menos ambiciosas do que aquelas vislumbradas até o momento, pois eram restritas a garantir o protagonismo político de uma classe num território mais que limitado.

CONCLUSÃO

Entendo, correndo o risco de me equivocar, que quem quiser estudar o urbanismo latino-americano nos períodos anteriores à Independência dessas colônias terá de romper com a estreita visão localista que define as atuais histórias nacionais. É preciso entender como Gálvez foi capaz de não apenas atuar nos distintos vice-reinos como também de formular ações que afetassem vários deles. Com demasiada frequência, os historiadores locais, buscando glosar a

gesta da independência, referem-se à “decadência espanhola”, esquecendo o alcance e o sentido dos projetos econômicos concebidos desde a Metrópole em sua vontade de criar riqueza. Identificam, equivocadamente, a política de conquista com a intenção, surgida nas últimas décadas do século XVIII, em definir novos espaços econômicos, alternativa à organização administrativa dos séculos XVII e primeira metade do XVIII, quando os limites territoriais estavam marcados seja por meridianos geográficos, seja por acidentes naturais, tais como rios ou cordilheiras. Certamente, foi determinante o papel desempenhado naquela revolução por uma classe hispano-americana culta e enriquecida, graças às medidas reformistas propugnadas pela administração desde 1760. Essa classe era conhecedora dos debates expostos na Europa, sendo formada no estudo da nova economia política e, conseqüentemente, era capaz de assumir o papel que lhe foi atribuído pelo momento histórico. Todavia, entendo não ser equivocado notar que a vontade de Gálvez foi propor, diante da divisão dos vice-reinos, uma nova política administrativa determinada por novos espaços econômicos. Em contraposição aos vice-reinos, a criação de riqueza: nesse sentido, atrevo-me a notar – mas posso estar enganado – como a proposta de Bolívar para constituir uma Confederação de Repúblicas, respeitando a autonomia dos Estados e dando às novas nações a segurança das divisas dos antigos vice-reinos, capitanias gerais e governadorias – isto é, reivindicando um “nacionalismo das pátrias pequenas” –, pressupôs aceitar a tradicional estrutura administrativa da colônia, ignorando a vontade de organizar o território, como propugnara Gálvez, a partir da criação de espaços econômicos.

.....
REFERÊNCIAS

ACUERDOS y sentencias dictados por la Suprema Corte de Justicia de la Provincia. Buenos Aires: 1876. t. II.

ARNAL, Luis. El sistema presidencial en el septentrión novohispano, evolución y estrategia de doblamiento. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. X, nº 218, 2006. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-26.htm>>. Acesso em: 23 de março de 2010.

ARROYAL, León del. **Cartas político-económicas al Conde de Lerena**. Madri: Ciencia Nueva, 1968.

BELGRANO, Manuel. Memoria que figura en el folio 44 del Libro 1º de "Acuerdos de la Junta de Gobierno de este Real Consulado". 15 de Junio de 1795, art. XX-XIII. In: **Documentos para la Historia del General Don Manuel Belgrano**. 3v. Buenos Aires: Instituto Nacional Belgraniano, 1982-98).

BITAR LETAYF, Marcelo. **Economistas españoles del siglo XVIII**. Madri: Cultura Hispánica, 1968.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. In: **Obras Completas**. La Habana: Lex (1947), v. 2, p. 1068-1069.

BURGUENÓ, Jesús. **Geografía política de la España Constitucional**. La división provincial. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1996.

CAMPOMANES, Conde de. **Bosquejo de política económica española delineado sobre el estado presente de sus intereses**. Madri: Editora Nacional, 1984.

CHIARAMONTE, José Carlos. **La crítica ilustrada de la realidad: Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

COLMEIRO PENIDO, Manuel. **Biblioteca de los economistas españoles de los siglos XVI, XVII y XVIII**. Madri: Taurus, 1965.

CORREA CALDERÓN, Evaristo. **Registro de arbitristas, economistas y re-formadores especiales 1500-1936**. Madri: Fundación Universitaria Española, 1981.

FAURE-SOULET, Jean François. **Economía política y progreso en el siglo de las luces**. Madri: Ediciones de la Revista de Trabajo, 1974.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. Comprobaciones, refutaciones y problemas no resueltos del primer pensamiento económico argentino. **Anales de la Asociación Argentina de Economía Política**, Buenos Aires, XII, 1977.

GACETA DE MADRID. Madri, Edición de 30 octubre, 1764.

GARCÍA ÁLVAREZ, Jacobo. **Provincias, regiones y comunidades autónomas**. La formación del mapa político de España. Madri: Secretaría General del Senado, 2001.

GUARDA GEYWITZ, Gabriel. **Flandes Indiano**: las Fortificaciones en el Reino de Chile, 1541-1826. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 1990.

GUTIÉRREZ, Ramón. La política fundacional y la ampliación de fronteras. **2C**, Barcelona, nº19, p. 8-19, 1981.

JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. Introducción a un discurso sobre el estudio de la Economía Civil. In: **Obras de D. Gaspar Melchor de Jovellanos**. Madri: Biblioteca de Autores Españoles, 1956. v. LXXXVII. p. 7-17.

LASARTE, Javier (Ed.). **La hacienda en la bibliografía de 1700 a 1845**. Madri: Instituto de Estudios Fiscales, 1980.

LEVENE, Ricardo. El mundo de las ideas y la revolución hispanoamericana de 1810. **Colección de Estudios Jurídicos y Sociales**, nº46, Editorial Jurídica de Chile, 1956.

LLOMBART, Vicent. Introducción. El pensamiento económico de la Ilustración en España (1730-1812). In: FUENTES QUINTANA, Enrique (Ed.). **Economía y Economistas Españoles**. La Ilustración. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2000. (Círculo de lectores). v. 3.

_____. Economía política y reforma en la Europa mediterránea del siglo XVIII: una perspectiva española. **Mediterráneo Económico**. Variaciones sobre la historia del pensamiento económico mediterráneo. Almería, n. 9, p. 95-116, 2006.

MUÑOZ PÉREZ, Juan. El proyectismo como género. **Revista de Estudios Políticos**, Madri, nº81, p. 169-195, 1955.

OTERO, Osvaldo. Vivienda y poder: la sociedad urbana en el Buenos Aires tardo-colonial. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, París, s/n, 2010. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/59287>>. Acesso em: 23.mar.2010.

PAZ, Octavio. In/**mediaciones**. Barcelona: Seix Barral, 1981.

REEDER, John. **Economía e Ilustración en España**: traducciones y traductores 1717-1800. Moneda y Crédito, Madri, nº147, p. 47-71, 1978.

_____. Bibliografía de traducciones, al castellano y catalán durante el siglo XVIII, desde obras de pensamiento económico. **Moneda y Crédito**, Madri, nº126, p. 57-78, 1973.

SAMBRICIO, Carlos. *Territorio y ciudad en la España Ilustrada*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas, 1988.

_____. Sinapia: utopía, territorio y ciudad a finales del siglo XVIII . *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 13, n. 475. Disponible en: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-475.htm>>. Acceso en: s/d.

TUÑÓN DE LARA, Manuel (ed.) *Textos y documentos de la América Hispánica (1492-1898)*. Madrid: Labor, 1988.

TURGOT, Jacques. *Discursos sobre el progreso humano*. Madrid: Tecnos, 1991.

WARD, Bernardo. *Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España*. Madrid: Joachim Ibarra, 1779.